



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS - I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE PEDAGOGIA**

DANUZA MIRELLE TRAJANO LEAL

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E DOCÊNCIA NA EJA: REALIDADE E DESAFIOS

**CAMPINA GRANDE-PB
2016**

DANUZA MIRELLE TRAJANO LEAL

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E DOCÊNCIA NA EJA: REALIDADE E DESAFIOS

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciado (a) em Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Zélia Maria de Arruda Santiago

**CAMPINA GRANDE-PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L434f Leal, Danuza Mirelle Trajano
Formação do pedagogo e docência na EJA [manuscrito] :
realidade e desafios / Danuza Mirelle Trajano Leal. - 2016.
27 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa.Dra. Zélia Maria de Arruda Santiago,
Departamento de Educação".

1. Formação docente 2. Educação de Jovens e Adultos -
EJA 3. Estágio supervisionado I. Título.

21. ed. CDD 371.12

DANUZA MIRELLE TRAJANO LEAL

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E DOCÊNCIA NA EJA: REALIDADE E DESAFIOS

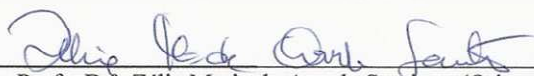
Artigo apresentado como requisito parcial
parada para obtenção do título de licenciado
(a) em Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Zélia Maria de Arruda
Santiago

Aprovada em 07/12/2016

Nota: 8,5 (oito, cinco)

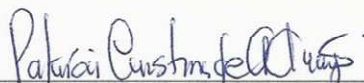
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr.^a. Zélia Maria de Arruda Santiago (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr.^a. Marta Lúcia de Souza Celino (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr.^a. Patrícia Cristina Aragão de Araújo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SÚMARIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	6
3	EJA NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	8
3.1	FORMAÇÃO CIDADÃ: EXPECTATIVA DO EDUCANDO DA EJA	12
4	PEDAGOGIA E DOCÊNCIA NA EJA: DESAFIOS E REALIDADE	14
4.1	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EJA: EXPECTATIVA E ATUAÇÃO	16
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	25

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E DOCÊNCIA NA EJA: REALIDADE E DESAFIOS

Danuza Mirelle Trajano Leal¹

RESUMO

Este trabalho discute a formação do pedagogo voltada à sua atuação no ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta discussão resulta de experiências didático-pedagógicas vivenciadas no Estágio Supervisionado da docência no EJA, em uma turma de alfabetização de uma Escola Municipal localizada na cidade de Campina Grande-PB, cujas experiências proporcionaram uma maior reflexão enquanto discente do curso de Pedagogia ao exercer e enfrentar a docência com educandos (as) da EJA. Em termos procedimentais realizou-se uma pesquisa bibliográfica voltada a alfabetização de jovens e adultos, seguindo o planejamento e realização de suas atividades por discentes de pedagogia no campo de estágio em EJA. Teoricamente suas atividades e reflexões acerca do pedagogo atuando na alfabetização com jovens e adultos fundam-se nas contribuições de autores que discutem sua realidade no contexto educacional brasileiro (BELLO, 1993, GADOTTI, 2002, MOLL, 2004), sobretudo Freire (1996) por introduzir propostas educacionais direcionadas ao público da EJA. Com base nesta experiência foi possível vivenciar a realidade educacional com jovens e adultos em termos das suas expectativas e interesses de aprendizagem, também, os desafios enfrentados pelo pedagogo em sala de aula, cujas experiências contribuem para refletir a atuação e a formação docente para a EJA.

Palavras-chave: Formação docente. Educação de Jovens e Adultos. Realidade. Desafios.

¹ Aluno de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus II.
Email: dan_mirelle@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A prática docente é um desafio contínuo em termos de formação e de atuação, uma vez que o educador dedica boa parte do seu tempo questionando sua prática e, principalmente, revendo conceitos teórico-práticos em busca de melhor compreender seus educandos. Na educação dos jovens e adultos (EJA) não é diferente e os profissionais nela atuantes buscam melhor atender os alunos, desde a recepção até as aulas rotineiras de alfabetização, pois estes educandos são excluídos do processo educacional regular. Apesar da EJA ser uma modalidade vinculada à educação básica no ensino regular, apresenta um segmento complexo, bem diferenciado daquele ofertado ao público infantil.

A área voltada para a educação infantil apresenta uma grande variedade de cursos de formação e especialidade destinada para esta modalidade. Porém na modalidade EJA não há oferta de formação específica na Educação de Jovens. Com isso é perceptível que esta modalidade de ensino não recebe atenção necessária por parte das instituições universitárias, principalmente das políticas públicas. Mesmo que a EJA vise recuperar a formação escolarizada do seu educando é necessário que o educador viabilize um ensino mais adequado aos seus interesses e expectativas, pois sua formação demanda uma proposta diferenciada em relação à educação infantil devido de experiências e histórias de vida.

Neste momento surgem alguns questionamentos em relação à formação docente para o ensino da educação de jovens e adultos, como por exemplo: Os estudantes de pedagogia, ao sair das universidades, estão preparados para atuar no ensino da EJA? Como estes acadêmicos percebem a sua formação em relação à EJA? A partir destes questionamentos, temos o objetivo de discutir a formação do pedagogo voltada à atuação no ensino da Educação de Jovens e adultos (EJA). Com base nesta problemática, realizamos uma observação contínua da prática docente no campo de estágio em docência da EJA, a fim de adquirirmos experiências na medida em que colocamos em prática saberes docentes adquiridos na formação inicial, por meio da ministração de algumas aulas de alfabetização numa turma de EJA.

Este artigo está dividido nos seguintes eixos de fundamentação: Procedimentos metodológicos que sustentaram a análise em estudo; Contextualização histórica sobre a EJA no Brasil; Formação cidadã do aluno da EJA; Pedagogia na formação docente na EJA; Relato de experiência no estágio supervisionado em EJA: expectativa e atuação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Há alguns anos a Educação de Jovens e Adultos está em foco e é constante a busca pelo entendimento desta tão importante modalidade de ensino para a educação. Porém, muitas vezes a sociedade não enxerga as reais possibilidades de criticidade, estando inerte aos acontecimentos ocorridos durante a apropriação de competências adotadas nas salas de aula da EJA.

Com os objetivos de realizar pesquisas bibliográficas voltadas à formação de Jovens e Adultos; observar a prática docente de outros professores a fim de desenvolver ações pedagógicas; planejar e realizar as atividades com alunos da EJA no campo de estágio; refletir sobre as experiências vividas durante o estágio supervisionado em EJA, elencando fatos marcantes quanto à realização da prática do discente e importância do estágio na formação do futuro pedagogo, como também de ampliar a percepção das relações do professor em formação, frente aos desafios e expectativas da realidade do educando em EJA; optou-se, como encaminhamento de estudo, com base em uma metodologia de pesquisa científica, o caráter predominantemente qualitativo.

Utilizou-se o método científico que, para Gil (1999), é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. E é em busca desse conhecimento que Eco (1977) complementa dizendo que, ao fazer um trabalho científico, o pesquisador estará aprendendo a colocar suas ideias em ordem, no intuito de organizar os dados obtidos, visando atender um propósito já definido anteriormente. No desenvolvimento desse artigo também foi realizado uma pesquisa bibliográfica com base no estudo de diversos autores, livros, artigos e pesquisa em diversos documentos que tratam a temática em estudo.

Sendo assim a abordagem da pesquisa é de cunho qualitativo e descritivo, no que diz respeito à observação e vivência no estágio supervisionado em EJA. Pois a pesquisa aborda os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Assim procura-se não só captar a aparência do fenômeno em estudo, mas a real essência buscando explicar sua realidade e as mudanças.

A pesquisa realizou-se em uma escola pública municipal, situada no Bairro do Cruzeiro, município de Campina Grande, localizado no agreste paraibano. A realização desse trabalho se deu logo após a realização de um Estágio Supervisionado na modalidade de ensino voltada para adultos, em que foi observada e efetuada a prática docente na turma do primeiro ciclo em EJA, composta por um total de 24 alunos. O público atendido pela escola é do ensino Fundamental -Anos Iniciais - e Educação de Jovens e Adultos – EJA, e os horários de

funcionamento são compreendidos durante os turnos da manhã, tarde e noite. A estrutura física da escola é subdividida seguindo os itens: cinco salas de aula, três banheiros, uma cozinha, uma diretoria/secretaria, um pátio e um campo de areia. No entanto, percebe-se que esta não apresenta infraestrutura adequada, pois estes espaços são insuficientes para atender à crescente demanda de alunos. Um exemplo claro disso é que a edificação não conta com sala de informática, sala de leitura ou sala de professores. Nesse sentido, várias dependências precisam ser construídas ou ampliadas, a fim de que seja possível o desenvolvimento dos trabalhos administrativo e pedagógico com maior qualidade.

3 EJA NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil teve início no período da colonização, com a vinda da Companhia de Jesus e seus membros, conhecidos com padres jesuítas, que exerciam uma função educativa, através da transmissão de ensinamentos da leitura e da escrita relacionada ao catolicismo. Tal perspectiva objetivava catequizar os nativos, promovendo a apresentação da cultura europeia em detrimento das religiões locais e das línguas pré-existentes, de forma a ratificar, neste contexto e época, a ideia inicial e errônea de soberania dos colonizadores portugueses. Durante esse período os jesuítas fundaram colégios com enfoque na educação clássica, humanística e acadêmica destinada aos nativos, como pode ser confirmado na fala de Moura (2003):

A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa (MOURA, 2003, p.26).

Esse modelo educacional, até então direcionado à consolidação religiosa, foi fragilizado pela medida do marquês de Pombal, que visava à expulsão dos jesuítas, no ano de 1759, de todos os territórios sob domínio da coroa portuguesa. Essa medida ocasionou, conseqüentemente, diversas modificações nos âmbitos estrutural, organizacional e funcional da educação brasileira, haja vista que, firmando-se no contexto brasileiro de forma elementar, a educação religiosa apenas proporcionava privilégios a uma minoria. Nesse sentido, apesar de o Estado assumir os encargos relacionados à educação, esta não apresentou medidas de inclusão, sobretudo no que diz respeito aos adultos pertencentes às classes menos abastadas, que não encontravam espaço para estudo nesse tipo de reforma, sendo, portanto, excluídos da

formação escolar básica. Nesse sentido, Moura (2003) esclarece os fatos ocorridos no período colonial ao considerar que:

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo marquês de pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior (MOURA, 2003, p.27).

Assim sendo, ao decorrer dos anos muitos foram excluídos do serviço de educação pública e o sistema de ensino perpassou vários períodos com esta lacuna. Somente a partir de 1930, no contexto do processo de industrialização do país, que ocasionou, por consequência, o aumento da população, a educação de jovens e adultos (EJA) ocupou um espaço demarcado na configuração educacional brasileira. Esta aquisição admitiu a discussão de uma política exclusiva para essa modalidade educacional, a fim de incluir e reconhecer os adultos excluídos da educação. A partir dos anos 40, o Estado assume o papel principal da oferta educacional destinada à população, adulta lançando propostas educativas em nível nacional para adultos, como, por exemplo, as campanhas de alfabetização em massa, conforme colocações de Haddad e Di Pierro (2000), ao mencionarem que:

O Estado brasileiro, a partir de 1940, aumentou as suas atribuições e responsabilidades em relação á educação de adolescentes e adultos. Após uma atuação fragmentária e ineficaz durante todo o período colonial, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo território (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.111).

Seguindo as mudanças educacionais, a Lei de Diretrizes da Educação no Brasil (Lei 5.692/71) cria o Ensino Supletivo, considerado um grande marco no contexto histórico do país. Mas, foi através da Constituição Federal de 1988 que o Estado se incumbiu em abarcar adultos analfabetos independentemente da idade, cuja incumbência aos municípios e ao Estado resultou em um conjunto de intenções não implantadas, por isso, desconsideradas. No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi introduzida uma novidade a respeito dos adultos

excluídos da escolarização, ao mencionar “a destituição de direitos” que, na visão de Haddad (1998), representou “retrocessos para a EJA” devido à falta do seu compromisso com as pessoas adultas, ou seja, constata-se uma “sutil alteração” que na verdade seria:

Manter a gratuidade da educação pública de jovens e adultos, mas suprimir a obrigatoriedade do poder público em oferecê-la, restringindo o direito público subjetivo de acesso ao Ensino Fundamental apenas à escola regular (Haddad, 1998).

Diante desses fatos históricos, ao envolver o processo da Educação de Adultos no contexto brasileiro, é imprescindível mencionarmos Paulo Freire, um dos principais expoentes desta modalidade educacional. Este educador, que propõe a educação popular e comunitária voltada aos adultos, procurou instituir a política educacional como forma de suprir tal demanda que, outrora, encontrava-se aquém, visto ser a educação um fenômeno social capaz de mudar a realidade socioeconômica de um país. Como um grande propagador da educação de adultos, Paulo Freire, nascido em Recife, obteve suas primeiras experiências desenvolvidas em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde 300 trabalhadores da área rural foram alfabetizados em 45 dias.

O resultado foi tão surpreendente que Miguel Arraes, Governador de Pernambuco na época, autorizou, em 1962, que a experiência fosse instituída em favelas do Recife. Por isso, o então Presidente João Goulart, levou em consideração a implantação desta prática em nível nacional, visando executar vinte mil “círculos de cultura” e alfabetizar dois milhões de adultos por ano, pois, já que se tinha como certo o contato direto e mutuamente receptivo com o povo, os métodos iriam se definindo e se concretizando. É inegável a contribuição do educador Paulo Freire na implantação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, já que ele a mostrou à sociedade como uma proposta de educação popular, focada no combate ao analfabetismo expressado na pobreza, na miséria e no subdesenvolvimento humano.

O percurso histórico da EJA é descontínuo. O processo de alfabetização criado por Paulo Freire foi interrompido pelo golpe militar, o qual resolveu ampliar a Cruzada da Ação Básica Cristã (ABC), posteriormente criando o MOBREAL, que, nos anos de 1985, foi substituído pela Fundação Educar, com objetivos e parcerias diferenciadas extintas em 1990. Ainda sobre o MOBREAL, encontramos nas colocações de Bello (1993) uma proposta fundada nos ideais políticos ao mencionar que:

O projeto Mobral permite compreender bem esta fase ditatorial por que Passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses

Políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom Comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição Estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos programas (BELLO, 1993).

Nos anos 90 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96. Apesar desta não fazer referência ao analfabetismo, para Paiva (2003), a nova lei afirma o direito à educação e o dever de educar no espírito da Constituição Federal, que traz duas garantias à EJA: A oferta do ensino noturno regular adequado às condições de educando e a oferta da educação regular para jovens e adultos com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades. Em maio do ano 2000, o CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovou o parecer 11/2000 que versa sobre as Diretrizes Curriculares da EJA e apresenta um novo animo a esta modalidade de ensino quando aponta a ideia de garantia da mesma como direito, em uma escola de qualidade. Segundo o Parecer CNE/CEB n. 11/2000 o termo qualidade se apresenta como:

[...] a restauração do direito negado a jovens e adultos, a busca por uma escola de qualidade, a qualidade de vida de jovens e adultos como fator preponderante quando se trata das características do público desta modalidade. E acrescenta a necessidade de um planejamento específico para a modalidade que precisa contar com profissionais preparados para atuar na modalidade EJA, regimentos e projetos políticos que deem conta das especificidades da modalidade. (BRASIL, 2000)

Os jovens e adultos, apesar de terem sido excluídos e enfrentarem dificuldades para retornarem às aulas, não são pessoas incultas ou incapazes. Para o relator Carlos Roberto Jamil Cury, a EJA tem três funções: “reparadora, equalizadora e permanente ou qualificadora”, ou seja, a EJA garante o acesso e a permanência através da igualdade de oportunidades àqueles que tiveram o direito negado. Mas, esses meios só existirão se a educação estiver comprometida continuamente com a formação cidadã do educando mesmo em fase adulta, pois este público deseja continuar aprendendo para inserir-se na sociedade e se engajar nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita de forma consciente. Neste aspecto, o acesso e domínio às diversas utilizações destas habilidades sem depender de alguém é entendido como um direito garantido no seu exercício de cidadania, não apenas determinado por lei, mas conquistado por meio de oportunidades educacionais.

Para o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a EJA inspira preocupações, uma vez que o número de jovens fora das salas de aula é muito grande, aspecto

esse que causa um impacto na realização das pesquisas e na elevação da qualidade educacional esperada por todas as esferas da educação. Isso significa que uma quantidade deveras numerosa de brasileiros não dominam as habilidades de leitura e escrita e, conseqüentemente, tem ferido um dos direitos à cidadania do indivíduo na sociedade, que é ter oportunidade de acessar a formação escolar e, por meio dela, alcançar níveis mais elevados na sua formação educacional, a exemplo do curso superior ou profissionalizar-se por meio de outros cursos. Os educandos jovens e adultos trazem consigo muitas experiências de vida em relação aos educandos da educação básica, por isso demandam propostas educacionais que priorizem suas necessidades de ações cotidianas e interesses de aprendizagem para utilizarem na vida. Este público demanda uma educação com propostas de conteúdo, metodologia, avaliação adequadas a sua realidade sociocognitiva, afetiva, sobretudo profissional, que lhes proporcionem o exercício de cidadania mais consciente, quer dizer, exercer práticas de leitura e escrita de forma independente e concedente.

3.1. FORMAÇÃO CIDADÃ: EXPECTATIVA DO EDUCANDO DA EJA

O EJA, muito além de uma proposta educacional, é um direito de exercício de cidadania a medida em que muitos jovens e adultos colocam na vida prática saberes passados nas séries escolares. Portanto, como prática da liberdade de utilizar tais saberes na vida cotidiana, resultante de uma proposta mais humanizada, que objetiva transformar homens em sujeitos conscientes e autônomos ao conhecer e utilizar saberes adquiridos na escola, estes tem a possibilidade do enriquecimento de suas identidades sociais. Esta proposta educacional contribui com a ampliação do exercício da cidadania cotidiana na esfera familiar, no trabalho, ao frequentar instituições sociais (banco, clínicas, supermercados, lojas comerciais, etc.), espaços que exigem os usos e o domínio das habilidades da leitura e da escrita, além de outros. Como cidadãos de direitos e membros de um Estado social, político e econômico, este público deseja cumprir suas obrigações demandadas por estas instâncias sociais e, para nelas se engajarem, muitos dependem dos saberes ensináveis na escola.

Nesse sentido, é através da educação escolar que os indivíduos descobrem diante de si, um mundo de leituras ainda desconhecido, o qual até então, não tinha consciência de sua existência por não dominar técnicas básicas para interpretá-lo conforme demandas institucionalizadas. Não afirmamos que pessoas com baixo domínio de leitura e escrita não possuam leituras críticas da vida social ou, mesmo, de textos veiculados na mídia e no contexto social, mas entendemos que tais pessoas sentem mais dificuldades ao se engajarem nessas

práticas que demandam, muitas vezes, domínios de leitura e escrita diversificadas, a exemplo dos textos digitais, impressos, verbais ou não verbais, acompanhados da sua escrita. Certamente, não se engajam conforme as demandas sociais cada vez mais exigentes das habilidades de interpretação e compreensão, incluindo nestas habilidades a leitura e a escrita conforme divulgação de diversos textos nos contextos sociais. Igualmente estas pessoas conhecem estes textos sociais do seu modo, não de maneira como a ciência explora ou mesmo como são sistematizados na escola em confronto com suas experiências pessoais ou saberes prévios da sua realidade.

No entanto, essa educação escolar não terá efeito algum se não fizer parte de um projeto político-pedagógico específico com a finalidade de tornar estes saberes úteis a vida de muitos que não usufruem de uma formação ativa, por serem excluídos deste direito de conhecer e poder colocá-los na vida prática. Portanto, cabe a escola e, especificamente ao professor, mostrar através do ensino um meio de como estes conseguem autonomia e consciência educacional, levando-os a refletir sobre o seu papel enquanto cidadão de direitos. Entendemos que o homem na atual sociedade busca sua liberdade de expressar esses saberes pondo em prática no cotidiano, isto sendo um modo de não viver oprimido e silenciado das práticas de leitura e escrita, portanto, uma função educacional de proporcionar tais saberes de forma igualitária em todas as idades.

O educando, por sua vez, passa a adquirir uma visão de tornar-se um sujeito independente, presente e ativo na sociedade, despojando-se do sentido de oprimido ou silenciado, porque é incentivado pelo educador ao mostrar que todos são capazes. Freire (1995, p, 28) enfatiza esta prática de liberdade acontecendo por meio da leitura, observando-se nas suas palavras ao enfatizar que:

O educador sempre deve saber ensinar com respeito, humildade sabendo lidar com o seu aluno desafiando a forma de ensinar, sendo assim, o aluno da EJA aprende muito mais lendo um contexto de leitura de mundo, leitura de um texto e de uma palavra, portanto deve apreciar os contextos vividos e reconhecer a compreensão do aluno em vários aspectos, pois lhe damos com a formação de seres humanos tornando seres marcantes no mundo tendo consciência do que é ensinar e compreender a leitura da palavra para a formação de um cidadão que saiba defender o que compreendeu em sua volta. O ensinante que assim atua tem no seu ensinar, um momento rico do seu aprender. O ensinante aprende primeiro a ensinar mas aprende a ensinar ao ensinar algo que é reaprendido por estar sendo ensinado. (FREIRE, 1995, p, 28).

Em sua grande maioria, os alunos da EJA são indivíduos que, por motivos diversos, não tiveram a oportunidade de frequentar a escola em sua idade adequada e, hoje, ao retornarem depararam-se com uma realidade mais difícil devido ao tempo de exclusão escolar. Um histórico de desistência e abandono escolar para dedicar-se ao trabalho, que sufoca a necessidade de aprender a “ler e escrever” é comum. No entanto, em idade mais avançada decidem retornar a escolar e recuperar as oportunidades deixadas para trás, por isso enfrentam dificuldades patentes nas colocações de Gadotti (2002):

Os perfis dos alunos da EJA da rede pública são na maioria trabalhadores proletariados, desempregados, dona de casa, jovens, idosos, portadores de deficiências especiais. São alunos com suas diferenças culturais, etnias, religião, crenças. (GADOTTI, 2002, p.23)

Nesta compreensão é perceptível que esses alunos apresentam uma grande dificuldade na leitura e na escrita. O educando já chega à sala de aula com toda uma bagagem e a experiência de vida. Nesse sentido, o professor que atua com esse sujeito, deve levar em conta todo o conhecimento que esse aluno trás consigo, devendo preparar o seu conteúdo para a realidade do mesmo. Cada um dos seus educandos tem dificuldades e especificidades que deverão ser identificadas pelo professor a fim de tentar solucioná-las ao longo do ano letivo. Ao voltar para a sala de aula, eles buscam, além do conteúdo, mecanismos que promovam um desenvolvimento pessoal, ou seja, o aluno jovem e adulto encontra-se muitas vezes aberto para novas descobertas.

Portanto, esses alunos aqui mencionados encontram na EJA uma forma pela qual possam ser reinseridos na escola e na sociedade. Freire (1989) entende o processo de aprendizagem como um construir e reconstruir o conhecimento, como, aprender para mudar a si mesmo e realizar pequenos atos sociais. Contudo, a Educação de Jovens e Adultos tem muito a contribuir, não apenas para aquelas pessoas que estão buscando um conhecimento a mais (visto que já possuem conhecimentos e experiências de vida paralela à sala de aula), mas também para os docentes que encaram esse desafio, para os órgãos públicos que se encarregam de organizá-la, para as universidades que recebem cada dia mais questões referentes a esse assunto, como também a sociedade em geral, que passa a ter a responsabilidade de lutar pela democratização e direito de todos a uma educação de qualidade.

4 PEDAGOGIA E DOCÊNCIA NA EJA: DESAFIOS E REALIDADE

A experiência no estágio não ensina o licenciado a ser professor, mas apresenta elementos para prática docente na EJA que contribuem para construção da identidade do profissional para atuar nesta realidade educacional. Na maioria das vezes, os estudantes de Pedagogia, durante sua formação, passam por aprendizagens direcionadas aos saberes referentes à educação básica. No entanto, sua atuação na EJA demanda outras aprendizagens, a exemplo de conteúdos, metodologia, avaliação, relação professor-aluno, aluno-aluno, muitas vezes, apenas vistos e vivenciados na prática docente infantil. Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade do pedagogo da educação infantil será formada e constituída durante o exercício profissional, significando uma formação contínua.

Como dito anteriormente, é escassa a atenção das universidades quanto à formação do pedagogo direcionado para atuar na educação de Jovens e Adultos, pois na formação inicial, o pedagogo conhece alguns currículos válidos na educação infantil voltado para o ensino regular, ou seja, primordialmente a educação infantil e o ensino fundamental, cujo currículo desconsidera os saberes educacionais voltado ao ensino de pessoas que não estejam nessa faixa etária. Cabe aos discentes, comprometidos com sua formação profissional, buscar meios que introduzam alicerce a sua prática, pois, um único componente curricular não abarca todas as especificidades necessárias ao depararmos com turmas de Educação de Jovens e Adultos. Para isso surgem algumas contribuições necessárias e de grande valia:

Através do exercício da profissão o graduando terá oportunidade de trabalhar os conteúdos e as atividades do estágio no campo de seu conhecimento específico, que é a Pedagogia-ciência da educação- e a Didática-que estuda o ensino e a aprendizagem-, percebem que os problemas e possibilidades de seu cotidiano serão debatidos, estudados e analisados à luz de uma fundamentação teórica e, assim, fica aberta a possibilidade de se sentirem co-autores desse trabalho. O estágio passa a ser um retrato vivo da prática docente e professor-aluno terá muito a dizer, a ensinar, a expressar sua realidade e de seus colegas de profissões, de seus alunos, que nesse mesmo tempo histórico vivenciam os mesmos desafios e as mesmas crises na escola e na sociedade. Nesse processo, encontram possibilidade para ressignificar suas identidades profissionais, pois estas, como vimos, não são algo acabado (PIMENTA 2004, p.127)

Nesse sentido, podemos dizer que o estágio supervisionado caracteriza-se como um fio condutor na construção da identidade do pedagogo, pois as experiências nele adquiridas possibilitarão ao docente da formação inicial vivências e experiências no exercício do estágio.

Dessa forma, vale lembrar o que afirma Freire (1996, p. 47) sobre o exercício docente, em que *o ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção*. O pedagogo, diante desse novo modelo, numa sociedade em constante transformação, apresenta-se como profissional que, exerce uma função de transmissão do conhecimento, *ocorrendo em muitos lugares, institucionalizados ou não, sob várias modalidades*. (LIBÂNEO, 2004, p.26). Deste modo, esse profissional precisa estar preparado para os desafios da atualidade. Nesse sentido, MOLL (2004) esclarece muito bem o papel do educador na EJA, ao citar que:

O papel do educador é pensar formas de intervir e transformar a realidade, problematizando-a, dialogando com o educando. Em sala de aula o importante não é “depositar” conteúdos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno: conhecê-lo como indivíduo num contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos, isto possibilita uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, não fragmentada. (MOLL, 2004, p. 140).

Nesse sentido, apesar dos inúmeros desafios existentes diante da prática docente nas turmas de EJA, deve ser valorizado cada momento de transmissão de saber, sobretudo, estando provido de uma variedade de contextos sociais aos quais os alunos estão inseridos. Levando em consideração que cada identidade e construção social e crítica resulta em uma visão diferente da sociedade, as intervenções educacionais devem ser pensadas e repensadas e o profissional deve estar munido, principalmente, de saberes e fazeres pedagógicos condizentes com a realidade da turma.

4.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EJA: Expectativa e Atuação

A experiência como aluna em formação do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB deu-se na busca de compreender a realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e realizar a prática de docência. Então, fui encaminhada a atuar no campo estágio em uma escola pública municipal que fica localizada no Bairro do Cruzeiro, cidade de Campina Grande, com a finalidade de observar e pôr em prática uma conjuntura de conhecimentos adquiridos com as teorias estudadas na sala de aula e, principalmente, nos levar a ter um novo olhar sobre a realidade encontrada nas turmas de EJA.

O estágio observatório constitui um componente curricular obrigatório nos cursos de magistério, fazendo parte das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) como parcela integrante do processo ensino-aprendizagem, pois proporciona aliarmos teoria à prática, atividade necessária à formação do profissional. Segundo Pimenta (2004) não é um momento de receitas prontas ou imitações de modelos, mas de reflexão sobre as situações de sala de aula e, sobretudo, um momento de pesquisa. Dessa forma, o estágio é um instrumento de conhecimento e integração para ação/reflexão na construção de uma prática educativa, junto aos alunos (as) do Ensino Fundamental, nesse caso a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tendo como enfoque a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por muitas vezes esquecida/escanteada por alguns profissionais, vale salientar que a alfabetização e a educação são direitos de todo cidadão, bem como ao acesso a uma escola de qualidade, adequada e adaptada à sua realidade. Devemos reconhecer também que essa modalidade de ensino proporciona um resgate de valores, além de aumentar a autoestima, já que, à medida que os estudantes desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas profissionais, tentando atender às suas próprias necessidades e, assim, contribuir como cidadão na sociedade ao qual está inserido, esse mesmo aluno busca inserção ao mundo letrado, e principalmente nas interações sociais.

Na busca de compreender e analisar criticamente o fazer pedagógico nas salas de educação de Jovens e Adultos e alguns saberes específicos ao exercício profissional do professor, bem como a teoria e prática, buscamos entender quando Selma Pimenta (2004) aborda a importância do estágio supervisionado para os futuros professores e graduandos que já têm experiência no magistério.

O estágio supervisionado para os alunos que ainda não exercem o magistério pode ser um espaço de convergência das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer do curso e, principalmente, ser uma contingência de aprendizagem da profissão docente, mediada pelas relações historicamente situadas. (...) O profissional do magistério que se vê diante do estágio supervisionado em um curso de formação docente precisa, em primeiro lugar, compreender o sentido e os princípios dessa disciplina, que, nesse caso, assume o caráter de formação contínua, tendo como base a ideias de emancipação humana (PIMENTA, 2004, p. 102- 126).

Ao iniciar a docência no estágio supervisionado do curso de pedagogia, os graduandos sentem receio ao estarem em contato com a escola, já que a passagem da instituição universidade para a realidade da sala de aula especificamente não é nada fácil.

Muitos conflitos emergem aos nossos olhos. Nesse sentido, Pimenta (2004) diz que uma das finalidades do estágio é propiciar ao acadêmico em pedagogia uma aproximação com a profissão que atuará, possibilitando dialogar a partir da prática com os saberes adquiridos. É nesse diálogo pré-estabelecido que ocorrem a operacionalização e sistematização do estágio, componente obrigatório no curso de Pedagogia, no qual se insere a prática docente. Esta prática começou a ser desenvolvida especificamente na turma do 1º ciclo da Educação de Jovens e Adultos, com alunos compreendidos na faixa etária entre 30 e 70 anos, que possuem baixa escolaridade, mas que, em contrapartida, são detentores de vasto conhecimento de mundo e comprometimento com seus ideais.

Um dos grandes desafios em desenvolver ações pedagógicas na turma analisada foi à diversidade de níveis de aprendizagem em que os alunos se encontravam. Esses alunos estavam inseridos basicamente no mesmo contexto escolar, sendo apresentados como adultos e idosos que abandonaram seus estudos há anos e que resolveram retornar à sala de aula. Em sua maioria, trabalhadores, que passam o dia nos seus afazeres e a noite vão à escola em busca do tempo perdido por meio de situações diversas, mas que hoje se sentem motivados a aprender e recuperar os anos deixados para trás.

No referido estágio realizado na escola em estudo, tornaram-se perceptíveis alguns aspectos inerentes ao cotidiano da EJA. Dentre eles, o que mais se destacou foi a evasão dos alunos, seja por meio da desistência ou mesmo do fato de que poucos vão à escola todos os dias, fator esse que dificulta o fazer pedagógico, já que, devido à ausência de muitos, não é possível manter uma linha de raciocínio contínua, que promova o acompanhamento dos conteúdos ministrados nas aulas. Nesse sentido, o desenvolvimento educacional da turma como um todo é afetado, haja vista que, como afirma Weffort (1996):

Aprender a pensar, aprender o olhar-pensante não é somar conhecimento já internalizados, apropriados. Mas é estabelecer relações entre semelhanças e diferenças. E para isso uma “forma” do pensar ou do olhar não tem serventia (WEFFORT, 1996, p. 9).

Desta forma, este estágio possibilitou a vivência de realidades distintas e a aprendizagem prática da necessidade do conhecimento do contexto social do aluno para a transmissão do conhecimento de forma efetiva. Nesse sentido, a docência na EJA se configura uma relação de troca de saberes, pois, como afirma Freire (1996):

É a convivência com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócio-histórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica. A competência técnica científica e o rigor de que o professor não deve abrir mão do desenvolvimento do seu trabalho, não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas. Essas posturas ajudam a construir o ambiente favorável à produção do conhecimento onde o medo do professor e o mito que se cria em torno da sua pessoa vão sendo desvalados. É preciso aprender a ser coerente. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável à mudanças (FREIRE, 1996, p. 4).

Dessa maneira a minha posição com a turma da EJA foi uma relação de troca de saberes, numa vivência harmoniosa. Sobre isso Piconez (2002), mostra a importância de relacionarmos e valorizar os conhecimentos que os educandos trazem para sala de aula buscando integrá-los de forma interdisciplinar com os conteúdos na sua prática podemos concretizar analisando a fala da autora citada:

Importa trazer para a sala de aula as vivências do aluno, colhidas em seu meio ambiente e que estão relacionadas com os conteúdos escolares. Poder-se-ia, dessa forma, enriquecer os meios didáticos usualmente empregados, além de atingir a tão almejada valorização e priorização do aluno. Isso tem mostrado que a qualidade de ensino pode trazer no seu bojo a melhoria da autoestima do aluno, que é mais uma condição para sua efetiva autonomia no processo de aprendizagem. (PICONEZ, 2002, p.51)

Durante os dias em que realizei o estágio segui algumas rotinas observadas durante as aulas, iniciando com um momento de oração, em agradecimento ao dia que passou. Não mudei essa rotina, permaneci fazendo o que eles já estavam acostumados. Durante o momento da acolhida realizamos leituras reflexivas para que eles pudessem sentir-se motivados na sua caminhada, em seguida ocorria a socialização do texto lido abrindo espaço para que eles pudessem expor os seus comentários sobre o tema em destaque. Em continuidade da aula apresentava sempre o tema do dia, fazendo levantamentos dos conhecimentos prévios, que eles tinham a respeito do que seria ministrado na nossa aula diária. Dentro da docência, irei destacar três momentos que foram abordados durante as aulas ministradas: o eixo da matemática, o meio ambiente e o eixo cidadania. Em um primeiro momento da aula foi trabalhado a temática relacionada à resolução de situações problemas envolvendo cálculos de (adição e subtração), tais situações vinculadas a atitudes diárias, como a ida ao supermercado.

As necessidades cotidianas fazem com que os alunos desenvolvam uma inteligência essencialmente prática, que permite reconhecer problemas, buscar e selecionar informações, tomar decisões e, portanto, desenvolver uma ampla capacidade para lidar com a atividade matemática. Quando essa capacidade é potencializada pela escola, a aprendizagem apresenta melhor resultado (BRASIL, 1997, p. 37, **b**).

Realizando a distribuição de panfletos pertencentes a diferentes supermercados, resolvemos elencar alguns produtos que deviam ser pesquisados e seus respectivos preços, posteriormente montamos uma tabela construída coletivamente, contendo os produtos escolhidos e três valores diferentes, a fim de serem comparadas e discutidas as reais possibilidades que levem a aquisição do produto. Depois de montarmos a tabela, fizemos as comparações de preços para ver em qual dos supermercados os produtos são mais baratos e quanto economizariam, fazendo relação de valores dentre os panfletos e a realidade encontrada na localidade onde mora.

O estabelecimento de relações é tão importante quanto a exploração dos conteúdos matemáticos, pois, abordados de forma isolada, os conteúdos podem acabar representando muito pouco para a formação do aluno, particularmente para a formação da cidadania (BRASIL, 1997, p. 38, **b**).

Dando continuidade ao conteúdo, na aula seguinte, usamos a mesma tabela construída anteriormente, inserindo na discussão com o sistema monetário brasileiro. A partir dos valores destacados na tabela, foram determinados alguns produtos a serem comprados usando simulações de valores e notas “brinquedos”. Assim a cada aluno foi estipulando uma determinada compra a ser feita, com um determinado valor em dinheiro, com a finalidade que fizessem as somas dos valores das compras e destacassem quanto gastaram do dinheiro e quanto sobrou. Essa aula foi bastante significativa, uma vez que, a atividade desenvolvida está presente no cotidiano dos alunos da EJA.

Sobre a temática abordada, explica Alves (2001) que:

Pensamos que as coisas a serem aprendidas são aquelas que constam dos programas. Essa é a razão por que os professores devem preparar seus planos de aula. Mas as coisas mais importantes não são ensinadas por meio de aulas bem preparadas. Elas são ensinadas inconscientemente. (ALVES, 2001. P. 14).

Eles tiveram dificuldades em montar convencionalmente as operações matemáticas, mas mentalmente eles souberam calcular os valores, facilitando o desenvolvimento das atividades. Esses conhecimentos matemáticos que são trazidos pelos alunos de maneira intuitiva, passam a ter um papel de fundamental importância, devendo ser considerado pelo educador como ponto de partida para a aprendizagem no ambiente escolar.

Em outra aula trabalhamos o conteúdo inserido dentro da temática de Meio Ambiente após a acolhida como de costume com a reflexão do texto “Quebra-cabeça” autor desconhecido, foi realizada uma dinâmica “Água é vida” para introduzir o conteúdo. Essa dinâmica tem por finalidade demonstrar a quantidade total de água no planeta e a pequena porção de água doce disponível no nosso meio. Também trouxemos para o conhecimento dos alunos da EJA um fragmento do documento que efetiva os direitos e deveres dos cidadãos, assim como a parteda “Declaração Universal dos Direitos da Água”.

A aprendizagem de valores e atitudes é pouco explorada do ponto de vista pedagógico. Há estudos que apontam a importância da informação como um fator de formação e transformação de valores e atitudes. Conhecer os problemas ambientais e saber de suas consequências desastrosas para a vida humana é importante para promover uma atitude de cuidado e atenção a essas questões, valorizar ações preservacionistas e aquelas que proponham a sustentabilidade como princípio para a construção de normas que regulamentem as intervenções econômicas (BRASIL, 1997, p. 44, d).

Foram destacadas algumas cláusulas e expostas um cartaz, com imagens da água limpa e poluída, objetivando que eles percebam as interferências negativas e positivas que o homem vem fazendo na natureza, aos poucos introduzimos um debate o qual se iniciou um processo de conscientizando sobre a importância de não poluir e nem desperdiçar a água, visto que, a falta d'água é uma realidade presente na cidade de Campina Grande, assim como em outros lugares em destaque em rede nacional.

No terceiro eixo trabalhado por ser uma temática de grande relevância, foi abordado com os alunos o tema cidadania, que inicialmente foi inserido com a música “Cidadão”, interpretada pelo cantor paraibano Zé Ramalho, perguntei se eles o conheciam e se já ouviram alguma música relacionada ao tema em questão. Entreguei a cada um deles letra da música e a coloquei para tocar, ao mesmo tempo em que eles foram acompanhando, pedi que grifassem o que mais lhe chamava atenção, para que depois pudéssemos debater a relevância do que foi destacado.

Em resposta aos questionamentos acima, uma das alunas disse que não gostava do cantor, mas que conhecia a música. Quando a música foi tocada na sala, todos acompanharam também cantando, quando a música acabou, realizei a leitura em voz alta, para que pudessem perceber cada detalhe presente nos estrofes. Perguntei se gostaram da música e o que mais chamou atenção, e se algo presente na música já havia sido vivenciado por alguém da sala.

Então, eles responderam que gostaram sim da música, já conheciam, mas nunca tinham prestado atenção na letra. Pois segundo os alunos da EJA, *“essa música fala da vida de muitos nordestinos que saíram daqui para São Paulo em busca de trabalho e que passaram muitas vezes por essa situação, principalmente o fato de ser discriminado por ser pobre”*.

Diante do exposto foi explorada inicialmente a vida cotidiana do aluno, aquilo que eles já sabem, pois o conteúdo trabalhado foi cidadania e através da música contextualizamos as atividades as serem desenvolvidas com os alunos da turma. Depois fizemos uma atividade de recorte oral, reiterando os trechos mais importantes da música. Ou seja, cada um destacou o que mais lhe chamou atenção, expondo para os colegas e escrevendo no quadro para que todos pudessem acompanhar. Feito isso cada um em seu caderno listou os fatos marcantes da música objetivando uma comparação com sua vida pessoal e principalmente o que é ser cidadão em uma sociedade esmagadora de valores.

Depois da atividade escrita realizamos a produção coletiva de um cartaz para ser exposto na escola, onde cada aluno recortou e colou alguma imagem que representasse a cidadania e o ser cidadão ativo. Cada um teve a oportunidade de expor o motivo da gravura escolhida, de forma que todos da turma conhecessem seu pensamento e sua visão sobre cidadania.

A exposição oral, por meio das chamadas apresentações de trabalho, cuja finalidade é a exposição de temas estudados. Em geral o procedimento de expor oralmente em público não costuma ser ensinado. Possivelmente por se imaginar que a boa exposição oral decorra de outros procedimentos já dominados (como falar e estudar). No entanto, o texto expositivo _ tanto oral como escrito _ é um dos que maiores dificuldades apresentam, tanto ao produtor como ao destinatário. Assim, é importante que as situações de exposição oral frequentem os projetos de estudos e sejam ensinadas desde as séries iniciais, intensificando-se posteriormente (BRASIL, 1997, p. 51, a).

Assim como orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), houve ênfase ao caráter expositivo oral, que visa deixar o sujeito livre para expor seu ponto de vista, sintetizando o conteúdo apreendido e debatido em sala de aula, dando foco a importância da

diversidade presente em nossa sociedade e a garantia do tratamento igualitário garantido pela Constituição Federal. Assim como na educação infantil, o ensino da multiplicidade cultural e social na escola incentiva a formação do cidadão, como afirma os parâmetros curriculares nacionais para pluralidade cultural e orientação sexual (1997):

Em uma proposta curricular voltada para a cidadania, o tema da Pluralidade Cultural ganha especial significado ao propiciar elementos para que a criança estabeleça relações entre equilíbrio democrático, a consolidação do pleno cumprimento de direitos, a coexistência de diferentes grupos e comunidades étnicas e culturais, e sua própria vida (BRASIL, 1997, p. 81, c).

Essa situação pedagógica propiciou a ativação da criticidade desses cidadãos, que vivem, muitas vezes, calados, sem voz para expressar seus pensamentos. Atrelado a isso, houve a produção de uma tabela contendo os direitos e os deveres dos cidadãos, bem como as discussões sobre o que é ser cidadão, sobre o direito universal ao voto e sobre as garantias dadas ao cidadão por documentos essenciais, como certidão de nascimento, RG, carteira de trabalho, título de eleitor e CPF, e a sua determinada função perante a sociedade.

Em síntese, as atividades desenvolvidas em campo de estágio foram norteadas pelos PCN, relacionando-as às práticas de vida social do educando. A partir desta vivência identificamos dificuldades presentes nesta prática tais como disparidades entre formação e prática docente nas turmas heterogêneas, falta de material pedagógico para elaboração das aulas e falta de subsídios por parte da academia. Por fim, para que haja um enfoque significativo, é preciso que se construam metodologias diferenciadas que cativem esses alunos e visem a permanência dos mesmos na escola, bem como iniciativas, que levem os professores para salas de formação continuada voltadas para esta modalidade de ensino, a fim de que tenham métodos didáticos adequados para desenvolver seu trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a trajetória da EJA no Brasil, pautada por campanhas e movimentos, torna-se imprescindível o envolvimento de ações que, de certa forma, marquem esse processo nos dias de hoje e a alfabetização que, por sua vez, não vise somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho, mas para a vida. Cabe à escola propiciar que esse aluno desenvolva suas capacidades, em função de novos saberes que se produzem e que demandam

um novo tipo de profissional, a fim de que o educando obtenha uma formação indispensável para o exercício pleno da cidadania. A partir das discussões desenvolvidas no decorrer desse estudo, é possível dizer que o estágio aponta com muita clareza que a experiência docente só acontece quando estamos diante da turma.

É quando os olhos dos alunos estão postos sobre nós que o trabalho se inicia; é hora de pôr à prova o que acreditamos, é o momento de dar o melhor. É importante ressaltar que o estágio torna-se essencial para aliarmos conhecimentos sobre a teoria estudada e da prática na construção dos saberes para a formação do docente. Dessa forma podemos destacar a passagem de Freire (1991, p. 58), quando afirma que o professor se constitui ao longo de sua trajetória histórica: “Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira, às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para se educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática”.

A formação de professores qualificados no ensino de jovens e adultos é essencial para que haja uma educação de qualidade, pois somente desta maneira o educador será capaz de elaborar didáticas que resultem em bons desempenhos na sala de aula. E, além disso, é de grande relevância mostrar aos alunos a importância de continuar seus estudos, a fim de que se tornem cidadãos críticos e reflexivos, para que possam interagir de forma participativa perante a sociedade. Trata-se de conceber esse campo como um espaço de atuação docente, do professor formador de alunos da EJA. Isso pode se constituir num passo, pequeno, mas necessário, para a busca de construção de ações coerentes com as especificidades do processo de educação/alfabetização de jovens e adultos, bem como da formação de seus profissionais e dos alunos, que são os principais beneficiários.

Finalmente, é possível pôr em destaque também a ideia de que o desenvolvimento profissional do professor de EJA e seus saberes são construídos num processo contínuo, que tem início antes de sua formação inicial e que avança durante o desenvolvimento de suas atividades, tratando-se, portanto, de uma formação considerada permanente. E é justamente nessa permanência que buscamos a excelência da prática docente na EJA, não somente para cumprir as exigências da grade curricular do curso de Pedagogia, mas para termos a consciência de dever cumprido, para vermos de perto a realidade nessas turmas, e sentirmos o gosto pelas salas de aula independentemente do segmento educacional em que esteja inserida.

ABSTRACT

This paper discusses the training of the pedagogue focused on his role in the teaching of Youth and Adult Education (EJA). This discussion results from didactic-pedagogical experiences experienced in the Supervised Internship of teaching in the EJA, in a literacy class of a Municipal School located in the city of Campina Grande-PB, whose experiences provided greater reflection as a student of the Pedagogy course in the exercise and To face teaching with EJA students. In procedural terms, a bibliographic research was carried out aimed at the literacy of youths and adults, following the planning and accomplishment of their activities by students of pedagogy in the field of training in EJA. Theoretically, his activities and reflections on the pedagogue working on youth and adult literacy are based on the contributions of authors who discuss their reality in the Brazilian educational context (BELLO, 1993, GADOTTI, 2002, MOLL, 2004), especially Freire (1996). Introduce educational proposals aimed at the public of the EJA. Based on this experience, it was possible to experience the educational reality with young people and adults in terms of their expectations and learning interests, as well as the challenges faced by the classroom teacher, whose experiences contribute to reflect the performance and teacher training for the EJA .

Keywords: Teacher training. Youth and Adult Education. Reality. Challenges.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BELLO, J. L. D. P. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): História da Educação no Brasil**. Período do Regime militar. Pedagogia em foco, Vitória, 1993.

Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl0a.html>>. Acesso em: 12 set. 2016

BRASIL. Parecer 11/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf.

Acesso em 10 nov. 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF,1997.a

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF,1997.b

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF,1997.c

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.d

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra,1989.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: Ensinar e aprender com sentido**. São Paulo: Cortez, 2002

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14 130 pg.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLL, Jaqueline. **Educação de Jovens e Adultos** / Jaqueline Moll, (org.) Sita Maria Lopes Sant'Anna ...[et. al.]- Porto Alegre: mediação, 2004. 144 p. – (Série Projetos e Práticas Pedagógicas)

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PICONEZ, Stela C Bertholo. **Educação Escolar de Jovens e Adultos**. São Paulo: Papirus, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena Lima. **Estágio e Docência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

WEFFORT, Madalena Freire. **Observação, registro e reflexão. Instrumentos Metodológicos**. 2º Ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.